

Secretário terá de explicar à Justiça irregularidades na compra e distribuição de medicamentos de alto custo pela rede pública

Sobra dinheiro, mesmo assim faltam remédios

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal descumpe desde 15 de janeiro determinação da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) de fornecer remédio para o aposentado João Vargas, de 53 anos. Com neuromielite óptica, uma doença que ataca a medula espinhal e a visão, há seis meses o endereço de João é o terceiro andar do Hospital de Base. Quando chegou lá, ele andava e era auto-suficiente. Agora, só sai da cama com dores e muita ajuda. Para piorar, a cada dia enxerga menos. Tudo culpa, não só da doença, mas da falta de medicamento — fato já corriqueiro na prateleiras da Farmácia de Alto Custo.

Cansada de assistir à piora no quadro do aposentado, Fausta Pereira Militão, cunhada de João Vargas, resolveu pedir na Justiça o remédio chamado albumina humana, fundamental para o tratamento. “Faz mais de um mês que eu ligo para a secretaria com a ordem do Prosus na minha mão. Mesmo assim, eles me enrolam e mandam ligar no dia seguinte”, conta. “Eu não desisto porque ele está cada dia pior e dá pena ver aquele homem novo encostado sozinho numa cama.”

A Promotora do Prosus que assina a determinação é Cátia Gisele Guimarães. Esta semana, ela e a procuradora geral do Ministério Público de Contas do DF, Cláudia Fernanda Pereira, foram além. As duas encaminharam ofício para o secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, com prazo até sexta-feira, para que sejam dadas explicações sobre irregularidades na aquisição de medicamentos de alto custo em 2006, e que acabaram por resultar no comprometimento do abastecimento da farmácia em 2007.

“Faltou remédio no fim do ano mesmo e ainda faltam alguns nas prateleiras”, admitiu ontem José Maria Freire, presidente do Fundo de Saúde do DF, órgão responsável pelos recursos para a compra dos medicamentos. “Faltou porque não tivemos dinheiro para comprar.” Segundo ele, a causa foi a frustração da arrecadação. “O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é o que menos cresce no continente. Havia previsão orçamentária, mas o dinheiro não entrou”, argumenta. Agora, de acordo com ele, a situação vai se normalizando. No entanto, alguns remédios ainda estarão em falta nas próximas semanas.

São medicamentos como o Calcitrol, para pacientes com osteoporose, Rivastigmina, pa-

ra o Mal de Alzheimer e Toxina Botulínica A, usada para reabilitação de pacientes com sequelas de derrame cerebral. “Entre dezembro e janeiro, os laboratórios dão recesso aos seus funcionários. Tivemos de esperar para fazer as encomendas, por isso alguns ainda estão em falta”, afirma.

O problema é que para centenas de moradores do DF, essa espera representa muito. “Quando vi meu pai da última vez, ele estava andando. Agora mal sai da cama e está deprimido, afinal, ele nem pode ver televisão por causa da visão afetada”, lamenta Dilse, filha de João Vargas.

Irregularidades

O pedido de informações das promotoras do Prosus à Secretaria de Saúde sobre as irregulari-

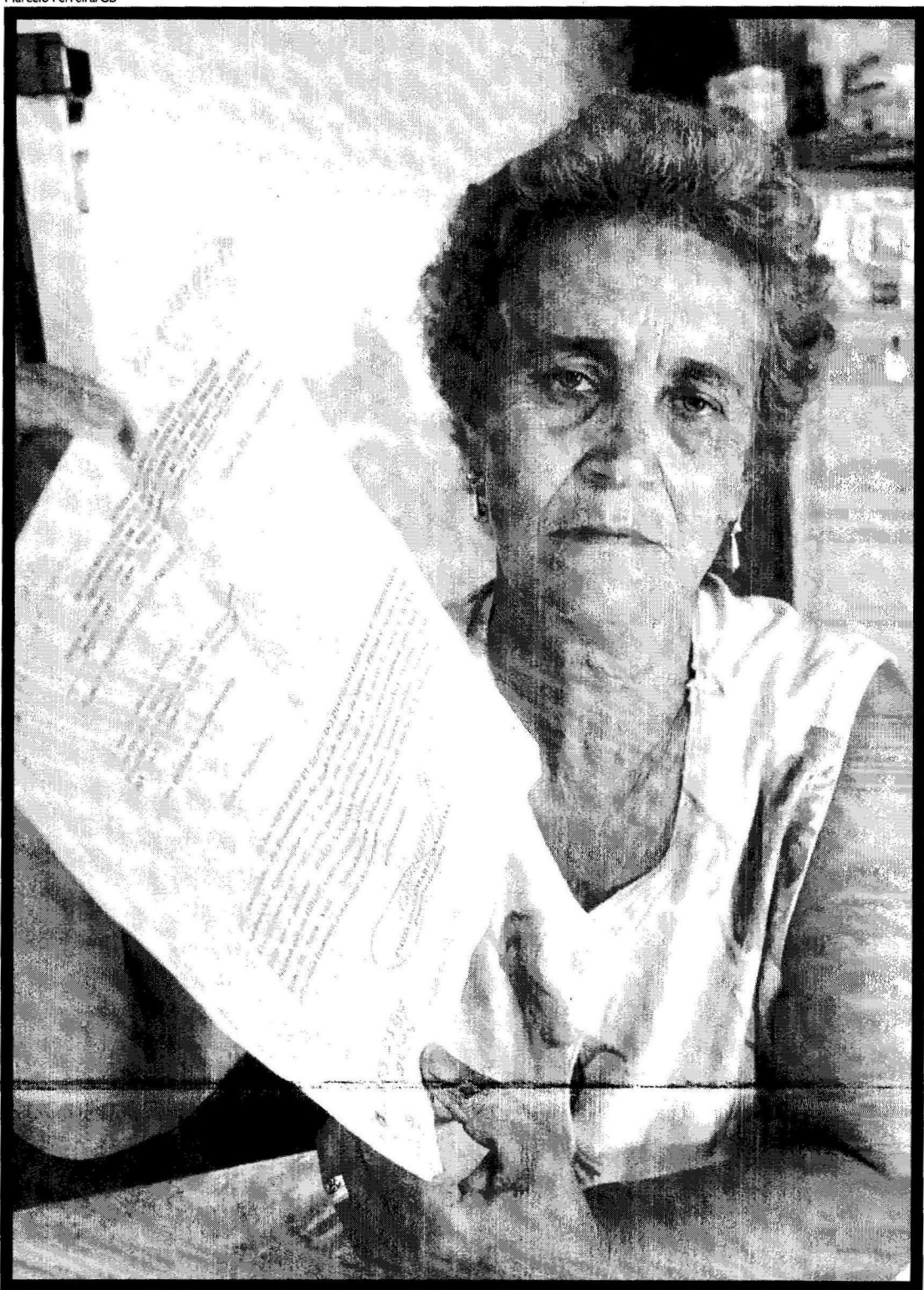
dades na distribuição de medicamentos de alto custo no DF foi feito depois da análise das primeiras informações prestadas pela secretaria, nas quais se constatarem várias informações que não batem. Os documentos enviados à Promotoria demonstram, por exemplo, que, atualmente, existem pouco mais de R\$ 8 milhões disponíveis para a aquisição de remédios de alto custo, embora a secretaria alegue que não há orçamento para regularizar a distribuição e esteja, inclusive, em dívida com os fornecedores.

Além disso, o GDF não vem contribuindo para a compra desses medicamentos, que é feita com recursos da União e dos estados. Verbas depositadas pela União, destinadas a outros programas de saúde, co-

mo o de assistência farmacêutica básica, estão sendo utilizadas para a compra de medicamentos de alto custo.

De acordo com o Prosus, outras informações prestadas pela secretaria são incoerentes. Por exemplo, o saldo de estoque final de um mês não confere com o inicial do mês seguinte, e a quantidade de pacientes informados como usuários de medicamentos excepcionais diverge da movimentação desses mesmos medicamentos. O Ministério da Saúde também será chamado a prestar esclarecimentos sobre a utilização de recursos da União destinados a outros programas e ao não cumprimento, pelo GDF, de sua cota na política de co-financiamento adotada para a compra de medicamentos excepcionais.

Marcelo Ferreira/CB



NEM COM A ORDEM JUDICIAL EM MÃOS, FAUSTA MILITÃO CONSEGUE ALBUMINA HUMANA PARA O CUNHADO

Em busca de solução para o Cacon

O ministro da Saúde, Agnôr Álvares, quer encontrar uma solução para a continuidade das obras do Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) do HUB. Para isso, vai se reunir hoje à tarde com o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, a diretora do Hospital Universitário de Brasília (HUB), Tânia Torres, o diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca), Luiz Antonio Santini, e o secretário de Saúde do DF, José Geraldo Maciel.

A construção do primeiro centro avançado de radioterapia da rede pública do DF está parada há 13 meses e causa prejuízos aos cofres públicos.

As obras já consumiram mais de R\$ 5 milhões. Além disso, 17 equipamentos de radioterapia foram comprados e aguardam a inauguração do centro armazenados em um galpão no hospital. Só as máquinas, que são de última geração, custaram R\$ 2,6 milhões.

O secretário Maciel oferecerá ajuda para colocar o acelerador linear em funcionamento e atender aos pacientes da rede pública do DF. Ele afirma que consegue construir uma sala no Hospital Regional de Taguatinga (HRT) dentro de seis a oito meses para receber o aparelho. Além do acelerador linear, a Secretaria de Saúde está de olho em outros dois equipa-

mentos já comprados pelo Ministério da Saúde — o Sistema de Braquiterapia de Alta Dose e o Sistema de Planejamento para Teleterapia 3D.

Os três são os aparelhos mais caros dos que estão no galpão da UnB. Só o acelerador linear custa R\$ 1,6 milhão. O DF tem um acelerador linear no Hospital de Base de Brasília (HBB), mas o equipamento está velho e quebra constantemente. O Sistema de Planejamento para Teleterapia 3D nem existe na rede pública de saúde. Cerca de 3,5 mil pessoas precisam fazer radioterapia no DF por ano. O acelerador do HBB não consegue atender toda a deman-

da, e pacientes do DF são mandados para hospitais de Anápolis e Goiânia, a um custo de R\$ 20 mil cada.

O Inca é contra a ideia de que os equipamentos funcionem no HRT. Em 2004, os técnicos do instituto apontaram que o hospital não tinha médicos especializados para manusear o acelerador linear, como oncologista clínico, patologista e físico-médico. Além disso, o Inca se preocupa com o transporte e a instalação das máquinas em outro local, e defende que não faz sentido abrir uma nova licitação para uma nova obra, já que a do HUB está em estágio avançado e consumiu R\$ 5 milhões.